

## DE ALGUNS TITULOS DE GRAMATICA SETECENTISTA

Com a pesquisa de obras escritas no século XVIII tive ocasião de tomar contacto com dezenas de títulos susceptíveis de provocar a curiosidade de qualquer um e de constituírem, eles só, motivo de apelo à leitura e à reflexão. Foram escolhidos para este trabalho os que puderam ser integrados em dois grupos - o gramatical, e aquele a que chamaria aqui de "paragramatical".

Com efeito, juntamente com obras gramaticais (quer gramáticas, quer ortografias, as quais nesta época veiculam teorização e ensinamentos gramaticais por vezes de forma mais acessível que as próprias gramáticas) das mais diversas tendências, foram aparecendo, muitas vezes em luta aberta com as anteriores, numerosas cartas-crítica, cartas-resposta às cartas-crítica, e cartas-resposta às cartas-resposta, bem como folhetos satíricos e mesmo peças de "cordel" em que os "excessos" gramaticais são ridicularizados. É precisamente a estes que chamo "paragramaticais", denominando assim um conjunto de obras de que se podem retirar numerosos ensinamentos sobre a reflexão linguística setecentista, bem como sobre a prática da língua em si.

Os títulos apresentam no século XVIII algumas caracte-

ísticas bem definidas. São longas seqüências textuais, que funcionam como apresentação e resumo da obra que nomeiam. Ao mesmo tempo, a sua construção discursiva obedece ao intuito bem claro de apelar ao interesse do Leitor, que muitas vezes aparece explicitamente nomeado (v.g. com as expressões "para uso daquellas pessoas ...", "para que...possam os curiosos...", "para os menos instruídos...", etc.).

É de referir, indissociáveis dos títulos (mas diferentes na sua natureza) os prólogos (prefácios, advertências ao leitor, etc.), que são no fundo um prolongamento dos anteriores. Caracterizam-se essencialmente pelo seu pendor exortatório, dirigido a um leitor-interlocutor, num processo de comunicação que pressupõe toda uma série de interrelações tipicamente setecentistas. Para além de apresentarem o trabalho que antecedem e para cuja leitura apelam, introduzem comentários críticos a outras obras e curiosas reflexões linguísticas, quer sobre teorias alheias, quer sobre teorias próprias. Um dos aspectos interessantes desses prólogos, é que as doutrinas que espoçam são, regra geral, mais arrojadas do que o desenvolvimento da própria obra, o que deixa transparecer a tensão existente entre várias correntes de opinião a emergirem, a lutarem entre si, a obedecerem frequentemente a critérios de norma, prestígio e acomodação.

De qualquer modo, é precisamente essa contradição existente ao longo de vários textos gramaticais e paragramaticais setecentistas que se revela de grande interesse pelo que deixa transparecer das relações que o discurso mantém com o

social e, portanto, com o histórico, nomeadamente as questões relativas à didáctica e à pedagogia.

Por volta de 1746 estalou a polémica em torno do Verdadeiro Método de Estudar do Frade Barbadinho, tendo sobretudo por base a sua primeira carta. Nela, Verney expunha as suas ideias sobre o ensino da Língua Portuguesa, defendendo a sua primazia face ao Latim, bem como a sua extensão a um maior número de indivíduos, nomeadamente às mulheres. Tudo isto inspirado em filosofias modernas, as quais não escaparam às críticas acérrimas dos seus detractores. P.V. de M e C, no seu "Retrato de Mortecor,..." opina: "Antes a mim me veo ao pensamento, que [o Barbadinho] quiz na defenza mostrar-se mais carthezião que catholico." (p.39).

Apesar das críticas com que a sua obra foi recebida, e apesar do seu afastamento na Itália, Verney publicou uma Grammatica Latina. Tratada por hum methodo novo, claro e fácil, para uso daquellas pessoas que querem aprendella brevemente e solidamente. A primeira edição, de 1758, terá sido impressa em Barcelona. Inovadora, tal como o título indica, o seu prefácio mostra claramente as ideias do Autor, deixando ver, por exemplo, a influência da Grammaire Générale et Raisonnée:

"Mas aquillo em que os Grammaticos até agora não reflectirão bem, para poderem reduzir todas as anomalias aos mesmos principios geraes, e inalteraveis: devem supprir os Filósofos, indicando-lhes os principios com que se generalizarão todas as regras" (Grammatica Latina, XLVI)

No desenvolvimento do método gramatical propriamente dito, afirma que todas as gramáticas antigas pecam por um ou outro defeito, sendo os mais graves o serem compostas em Latim, terem regras falsas ou em excesso, e o facto de estarem recheadas de "superficialidades".

Igualmente em 1746, começou a publicar-se o Novo methodo para se aprender grammatica latina, do Pe. Manuel Monteiro da Congregação do Oratório, obra de geral aceitação. Porém, também este "novo método" caiu no desagrado de alguns, e disso é testemunho o Antidoto gramatical. Balsamo preservativo da lingua latina, ou curioso descobrimento dos principaes erros, barbaridades e incoherencias do novo methodo para aprender a dita lingua. Offerecido a seu mesmo Author por Silvestre Silveiro Silveira da Silva, "mestre de ler, escrever, arithmetica e grammatica no lugar de Carnexide" (impresso em Valencia, na Officina de Antonio Balle em 1750). O seu autor, cujo verdadeiro nome era Manuel José de Paiva, não é mais meigo do que os criticos de Verney, mas talvez tivesse mais razões para isso. Depreende-se da leitura do "Antidoto" que o Methodo do Pe. Monteiro não estava correcto em numerosos aspectos. E Manuel de Paiva não lhe perdoa nada. Logo nas primeiras páginas escreve:

"Principia V. Paternidade a dizer quatro cáspias acerca do nome e sahe-se com esta: Quanto ás vozes, que propriamente são os nomes, diremos, etc. Confesso que não me entendo com V. Paternidade (...). Mas como esta advertencia

será muito funda para V. Paternidade que não chegaria aos sinais, para emendar o seu erro bastará saber que (...) todo o nome é vox, mas nem toda a vox é nome." (Antidoto, p.4)

O Antidoto desenrola-se neste tom crítico-mordaz, deitando por terra tudo aquilo que o Pe. Monteiro tinha feito pretensamente como inovador.

A vaga das reformas da gramática e das críticas por elas suscitadas está bem ilustrada num episódio curioso que envolve uma resposta diferente das que anteriormente foquei. Aqui o veículo escolhido foi o folheto de cordel, em verso, deixando supor que estas polémicas saíam dos salões eruditos e vinham para as ruas interpelar os cidadãos. O caso conta-se em poucas palavras. Em 1752, saíam a lume as Conclusões Gramaticales sustentadas A Patre Josepho Pereira e Silva, Latinistis Magistro pueris Ecclesiae Nosocom. Nestas "Conclusões", o Pe Pereira e Silva apresenta, entre outras "reduções" à gramática latina tradicional, a teoria de que o Discurso só tem cinco partes. A esta "inovação", seguiu-se como resposta o Papel de mataburraõ: a que passaram envoltos em pretas lágrimas de penoso instrumento, os sentidissimos ays e dolorosos gritos da senhora D. Grammatica, sobre as conclusões publicas que no Hospital Real da Corte de Lisboa se defenderaõ aos 30 de Abril deste anno de 1752. Dado ao publico por Papirio da Matta Catanho, Prezado leal amante da mesma senhora. No prólogo "Ao Leitor", "Papirio" dá testemunho da tendência para as reformas gramaticais:

"Abre esses dous olharapios olhudo Leitor; por que quero dar à luz dos teus olhos, para que lêas, o que talvez ainda não fe eco nos caracóis de teus ouvidos. Há tempos a esta parte, que a Senhora D. Grammatica andava tão enferma com o mal da moda; depois que admittio novidades; que não teve outro remedio mais, que dar consigo no Hospital fazer huma cura: porém já saberás, que no mesmo Hospital quiz hum grande Esculapio concluir com ella, fazendo humas "Conclusoens Magnas" de sete pontos, e meyo, que não bastaraõ todos para as feridas, que le vou;" (Papel de Mataburraõ..., p.3)

Porém, nem todas as propostas de inovação e reforma gramaticais eram encaradas negativamente. E, assim, vinha-se intensificando, desde 1721 (data da primeira edição das Regras da lingua Portugueza espelho da Lingua Latina, ou disposiçaõ para facilitar o ensino da Lingua Latina pelas regras da portugueza de D. Jerónimo Contador de Argote, a consciência da urgente prioridade do ensino da lingua materna, esquecida desde o longinquo tempo de João de Barros. Por isso se batia Verney, bem como pela extensão do ensino às mulheres e aos menos favorecidos economicamente. É preciso esperar pela obra de João Pinheiro Freire da Cunha (de que só tenho noticias a partir da segunda edição em 1770), para explicitamente o titulo indicar que se está perante um Breve tratado de ortografia para os que não frequentaraõ os estudos ou Dialogos sobre as

mais principais regras de Orthographia uteis para o povo menos instruido, impresso em Lisboa, na Officina de Joseph da Silva Nazareth.

No Compendio de Orthographia com sufficientes catalogos e Novas Regras para que em todas as Provincias e Dominios de Portugal possam os Curiosos Comprehender Facilmente a Orthologia e Prosodia, isto he, a recta pronunciaçam e Accentos Proprios da Lingua Portugueza (impressa em Lisboa, na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, em 1767), Frei Luis do Monte Carmelo mostra-se favorável a uma descentralização geográfica do ensino, deixando antever, ao mesmo tempo, o sentimento da urgência de uma normatização gramatical e, em particular, ortográfica. Trata-se de uma obra que ilustra bem as preocupações setecentistas ligadas à prática da língua. Mais do que uma ortografia, o "Compêndio" apresenta uma imagem da realidade linguística do português do século XVIII, incidindo sobre aspectos sociolinguísticos, históricos e gramaticais, de uma forma que se pretende clara e útil, mas que, na opinião do próprio Autor, infringe alguns dos cânones estabelecidos. E, habituado às violentas reacções que as ideias diferentes suscitam, Monte Carmelo aproveita o "Prólogo" para apostrofar os possíveis críticos:

"Ora como he possivel, Ó Leitor, que tu em Discursos graves, e eruditos, nam introduzas sem necessidade urgentes Vocabulos, ainda menos cultos entre os vulgares, e Cómicos, frequentissimos no uso; ou que em todos os seus

Escritos, e Conversações ordinárias, evites notórios Abusos da Plebe e termos próprios de marotos; se nam conheceres bem a differença individual destes Vocabulos? (...) E porque eu com laboriosissimo cuidado procure, quanto me foi possível, designár-te esta differença, hei de ser arguido sem alguma misericordia, e punido cruelmente, muito antes do que me oiçam, ou antes de hua boa Critica?"

(Compendio de Ortografia, p. 3 do Prologo)

Estes "duelos" gramaticais prolongam-se até finais do século XVIII, princípios do XIX. Os novos títulos multiplicam-se, num movimento em espiral de conservadorismo vs inovação. Mas a necessidade de normatização da língua e o interesse da extensão geográfica e social do ensino em Portugal (embora dentro de certos limites) já antevistos anteriormente por Verney e depois, por exemplo, por Monte Carmelo, são finalmente reconhecidos a nível oficial.

Precisamente para alargar o âmbito do ensino e para conter as linhas particularizantes que pudessem destabilizar o tão desejado equilíbrio interno em todos os domínios sociais no tempo de Pombal (e inclusivé, portanto, no cultural e no didáctico) surge, com data de 11 de Setembro de 1770, um alvará de D. José, com que se pretende instituir a primazia do ensino da língua materna (vinte e quatro anos antes tão polemicamente defendida por Verney), impondo, além disso, a adopção de um livro único para ensino da gramática portuguesa.



O documento diz o seguinte:

"Alvará por que Vossa Magestade he servido ordenar que nas classes de Latimidade sejam os Mestres obrigados, quando receberem discipulos a instruillos previamente na Grammatica Portugueza, composta por Antonio José dos Reis Lobato (...)."

Se tal medida foi efectivamente adoptada, a divulgação da obra de Lobato atingiu um razoável número de indivíduos. Só as escolas públicas, criadas por Pombal e aprovadas por D. José em Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, representariam um número considerável de locais de ensino "oficial": foram criados 479 lugares de Mestre de Ler e 236 de Professores de Latim, espalhados por todo o Reino (Continente, Ilhas, Brasil, Africa e Asia) o que instituiria, efectivamente, um factor decisivo para a futura normatização da gramática portuguesa. Não foi, porém, esta medida do "livro único" factor que conseguisse conter a proliferação das obras gramaticais, muito embora, e no período após a "Viradeira", a Arte de Gramática de Reis Lobato tivesse sido reeditada inúmeras vezes. Só no acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, encontrei cerca de vinte reimpressões diferentes, que se estendem cronologicamente até às medidas programáticas do ensino da língua nos finais de 1800.

No "Prefacio", Reis Lobato faz um interessante apanhado da doutrina gramatical portuguesa, do século XVI ao século XVIII, apontando cruamente os pontos que acha negativos nos

textos anteriores, nomeadamente a colagem ao esquema latino. Nega completamente a existência de casos em Português, refere a existência do infinito pessoal na conjugação verbal portuguesa, e apresenta, no corpo da obra, um desenvolvimento cuidado da sintaxe.

Esta breve "espreitadela" nos arquivos bibliográficos do século XVIII suscitou, por ora, a apreciação de dois aspectos ligados ao que anteriormente ficou dito:

Em primeiro lugar, a constatação da importância dos títulos setecentistas, que apresentam uma estratégia dupla por parte do Autor e/ou do Editor. Se por um lado querem apelar ao entusiasmo, curiosidade ou ambição de saber dos potenciais leitores, por outro pretendem transmitir uma informação didáctica, o mais condensada possível, sobre o conteúdo da obra. Isto verifica-se não só na literatura gramatical, mas em praticamente todas as manifestações escritas deste século.

Em segundo lugar, a verificação de alguns aspectos do pensamento linguístico português setecentista com particular incidência a partir do consulado de Pombal. É nesta época que surge a progressiva autonomização da gramática portuguesa face à latina, que se toma consciência da necessidade de normas ortográficas e gramaticais para uma melhor expansão do ensino da língua. É nesta época que no Brasil foi proibida a "língua geral", idioma utilizado nos contactos com os indígenas, nomeadamente na sua educação religiosa, denotando uma nova im-

portância dada à língua portuguesa na política colonial, inserindo-se neste aspecto a criação de dezassete lugares de "Mestre de ler, escrever e contar" no Brasil, um lugar em cada uma das possessões de Africa (Cabo Verde, Ilha do Príncipe, Angola e Moçambique), dois em Goa e um em Macau.

Em relação aos aspectos gramaticais propriamente ditos, é de salientar o realce dado à sintaxe, que, tímido a princípio (apenas aflorado por Contador de Argote), se foi acentuando ao longo de várias décadas. Mas é também necessário referir alguns aspectos como a criação de novas partes do discurso em alguns autores e a supressão de partes tradicionais em outros, as tentativas de simplificação de um ensino sentido como árido, as interpretações "domésticas" das teorias gramaticais estrangeiras, nomeadamente das de Port Royal.

Muitas destas especulações nacionais nasceram da prática diária do ensino por parte dos professores de Latinidades e de Gramática, da sua vivência dos problemas surgidos no contacto com os alunos e as suas dúvidas. São precisamente estes professores quem têm a coragem de inovar a gramática verdadeiramente, isto é, no interior do próprio texto. Coragem relativa, no entanto, porque a maioria dos textos inovadores é impressa sob anonimato ou pseudónimo. Em quase todos os outros casos, a teoria exposta, ou visionada, nos prefácios, prólogos e advertências, não acompanha a realidade do que fica explanado ao longo das obras. Talvez por medo da Censura, sempre omnipresente na sua coacção da criatividade cultural setecentista.

O século XVIII revela-se, assim, um período de grande efervescência inovadora, ao contrário do que se costuma pensar. A imagem das realidades linguísticas setecentistas veiculada pelas Histórias da Língua Portuguesa é frequentemente parcial, referindo apenas fenómenos a nível fonológico, como seja a redução do sistema vocálico átono, e a nível estilístico, com incidência especial para a língua literária "oficial". Mas paralelamente aos textos aceites pela cultura oficial e, quem sabe, emanados até dos mesmos autores, multiplicaram-se ao longo deste século as manifestações escritas, abrangendo todos os estilos e todas as necessidades do cidadão português de setecentos. Impressos, ou ainda manuscritos, os arquivos e bibliotecas portuguesas encerram um elevado número de testemunhos da época, cujo estudo necessariamente contribuirá para uma visão mais realística da língua portuguesa deste século.

Nota: Pelo interesse que revelam como testemunhos das oscilações ortográficas do século XVIII, todas as transcrições de textos setecentistas, feitas ao longo deste trabalho, mantêm a grafia presente no original (incluindo a pontuação e os sublinhados).

## BIBLIOGRAFIA

- ARGOTE, D. Jerónimo Contador de. 1725. Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina, 2ªed., Lisboa, Officina da Musica.
- CARMELO, Fr. Luis do Monte. 1767. Compendio de Orthographia..., Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- CUNHA, João Pinheiro Freire da. 1770. Breve Tratado de Orthografia, 2ªed., Lisboa, Officina de Joseph da Silva Nazareth.
- GOMES, Joaquim Ferreira. 1989. O Marquês de Pombal e as Reformas do ensino, 2ªed., Coimbra, INIC - Centro de Psicopedagogia da Universidade.
- LOBATO, Antonio José dos Reis. 1771. Arte de Grammatica, Lisboa
- MONTEIRO, Pe. Manuel Monteiro, da Congregação do Oratório. 1746 Novo methodo para se aprender Grammatica Latina, Lisboa.

P. V. de M. e C. 1747. Retrato de Morteçór... Lisboa.

PAIVA, Manuel José de. 1750. Antidoto Gramatical..., Valencia.  
Officina de Antonio Balle.

PAPIRIO da Matta Castanho. 1752. Papel de mataburraõ..., Lisboa

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1982. História de Portugal [1750-1807], Lisboa , Verbo.

SILVA, Pe. José Pereira e. 1752. Conclusiones grammaticales, Lisboa.

[VERNEY, Luis Antonio]. 1755. Gramatica Latina. 3ªed., s. n., Lisboa, Regia Officina Typografica.